

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

A República de 75 dias

Revolução Pernambucana completa dois séculos com aspirações ainda atuais

Págs. 4, 5 e 6

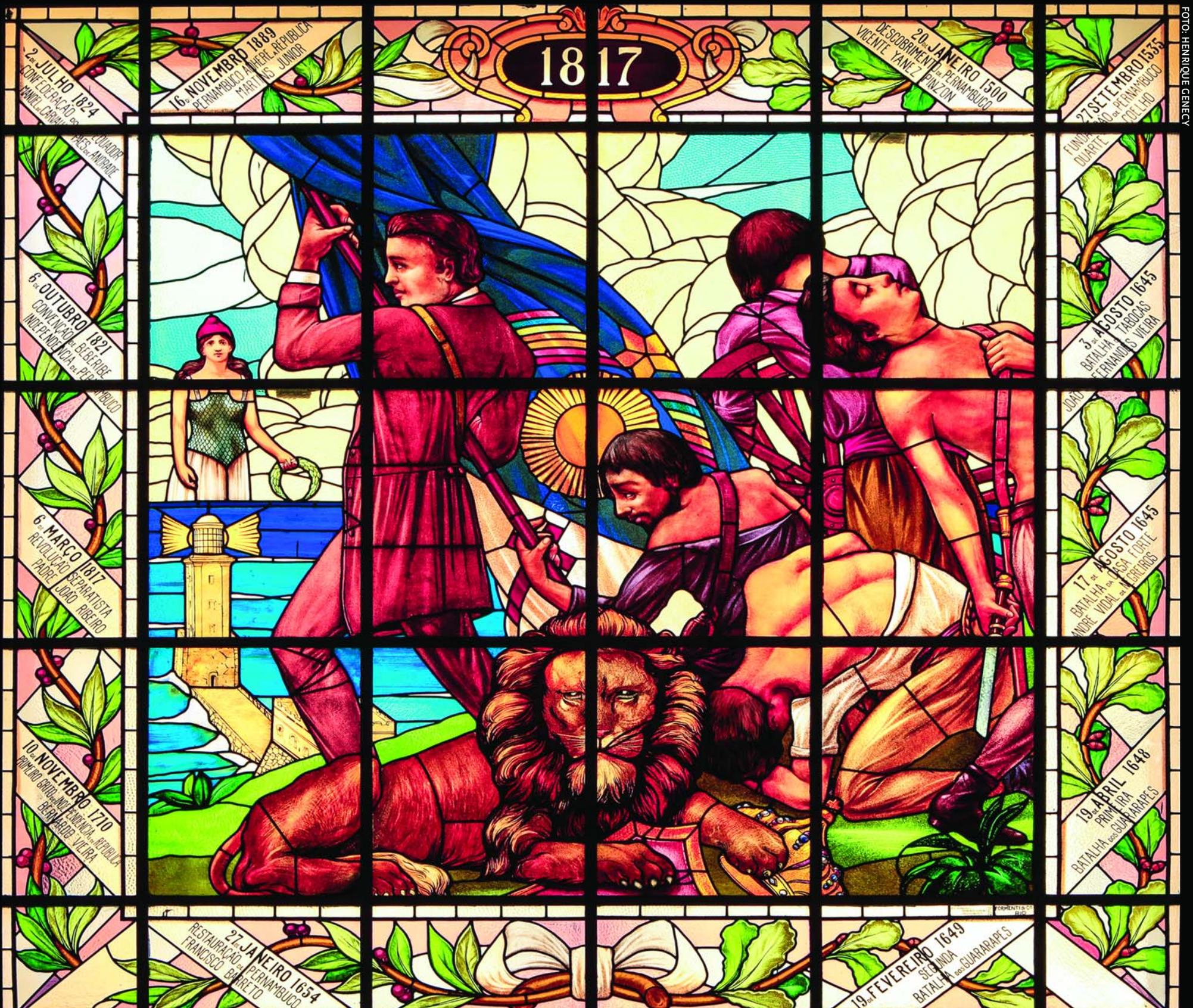


FOTO: HENRIQUE GENECY

ACONTECEU NA ALEPE

Reajuste para militares

No último dia 16 de fevereiro, foi aprovada na Alepe a redação final do projeto do Poder Executivo que reajusta os vencimentos e altera a carreira de policiais e bombeiros militares. A tramitação da matéria foi marcada por debates entre a Oposição – que cobrava o cumprimento dos prazos regimentais de votação e pedia explicações sobre a fonte dos recursos – e a bancada do Governo, que defendeu os avanços da matéria e o esforço do Estado em um momento de crise. Todo o processo foi acompanhado por representantes de associações dos militares, que, mobilizados nas galerias do Plenário, pediram paridade com a carreira dos policiais civis. Na mesma data, o projeto tornou-se a Lei Complementar nº 351/2017, sancionada pelo governador Paulo Câmara, que garante às categorias um reajuste entre 21% e 40%, a ser pago em três parcelas até o fim de 2018.



Combate à corrupção

A Comissão Especial para Elaboração da Lei Estadual Anticorrupção apresentou, em 8 de fevereiro, o texto-base do projeto que visa estabelecer a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas envolvidas em atos contra a administração pública. O documento – que aborda desde o mecanismo do acordo de leniência até a criação de um Fundo Estadual de Combate à Corrupção – será encaminhado ao Governo do Estado, responsável constitucional pela iniciativa da proposta. No momento, o colegiado trabalha na criação de uma proposição similar, porém focada em apurações no âmbito do Poder Legislativo.

VOCÊ NA ALEPE

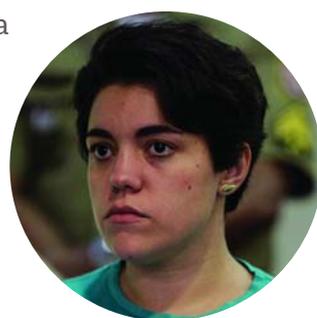
“Estamos sofrendo intolerância. O povo de terreiro, assim como de outras religiões, tem que ter liberdade, e a questão deve ser discutida. Acho essa iniciativa da Alepe muito importante.”



Clarissa Vianna

Jornalista, em audiência pública realizada pela Comissão de Cidadania, no dia 13 de fevereiro, para promover ato de desagravo a Pai Edson de Omolu.

“Estou sempre na Casa acompanhando a rotina parlamentar. O trabalho da entidade em que atuo é voltado para o fortalecimento dos princípios da transparência e do controle social.”



Camila Fernandes

Cientista social e membro da organização não governamental (ONG) Rede Meu Recife, durante a Reunião Plenária de 15 de fevereiro.

“Acho importante que a Alepe abra espaço para o diálogo com o povo e que se discuta o papel da polícia como executora da segurança pública. Queremos uma defesa cidadã, que respeite os direitos humanos.”



Davi Malveira

Auditor do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), na audiência da Comissão de Cidadania que debateu a política de segurança pública, em 22 de fevereiro.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.



EXPEDIENTE: MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Cleiton Collins; 2º Vice-Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Júlio Cavalcanti; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. Superintendente de Comunicação Social: Margot Dourado. Chefe do Departamento de Imprensa: Helena Alencar. Editores: Helena Alencar e Ivanna de Castro. Revisão: Cláudia Lucena, Felipe Marques e Margot Dourado. Repórteres: André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Haymone Neto, Ivanna de Castro, Luciano Galvão Filho, Regina Guerra e Malu Coutinho (estagiária). Gerente de Fotografia: Roberto Soares. Edição de Fotografia: Breno Laprovitera. Fotógrafos: Henrique Genecy (estagiário), Jarbas Araújo, João Bitá e Rinaldo Marques. Tratamento de Imagem: Giovanni Costa. Design: Brenda Barros. Diagramação e Editoração Eletrônica: Alécio Nicolak Júnior. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183.2211. E-mail: scom@alepe.pe.gov.br

EM FOCO

Revolução em cartaz

A partir de 12 de março, o Museu da Cidade do Recife, situado no Forte das Cinco Pontas, promove uma mostra para comemorar os 200 anos da Revolução de 1817. Feita em parceria com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, a exibição vai tratar principalmente dos ideais republicanos dos revolucionários, que permanecem atuais. A diretora do Museu, Betânia Corrêa, ressalta que o Forte foi um dos palcos do movimento. “O espaço tem a memória de 1817 viva nos muros: 150 pessoas ficaram presas no local”, lembra. Serão expostos objetos da época e reproduções de documentos. Haverá ainda uma oficina de confecção da bandeira de Pernambuco, um dos símbolos da Revolução. O Museu funciona na Praça das Cinco Pontas, s/n, bairro de São José. A mostra ficará aberta de terça a domingo, das 9h às 17h, até 4 de março de 2018. A entrada é gratuita.



Fique Sabendo

Patrimônio colonial brasileiro, o Forte das Cinco Pontas foi construído originalmente pelos holandeses em 1630. Saiba mais sobre esse monumento: <http://goo.gl/ykTs8S>



Saúde levada aos tribunais

Dificuldade em obter medicamentos multiplica ações judiciais contra o Poder Público e põe em xeque universalidade do sistema

Regina Guerra

Tratamentos cada vez mais avançados e caros, em contraponto a orçamentos públicos enxutos. Essa equação tem levado um número crescente de brasileiros aos tribunais para exigir o direito à saúde. No Estado, um levantamento publicado em dezembro do ano passado, fruto da pesquisa de mestrado em Direito Constitucional da professora Lívia Barros, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), identificou que as ações por medicamentos saltaram de 411, em 2009, para cerca de 3.200 em 2014 – um crescimento de mais de 700%.

Ainda de acordo com o estudo, remédios que já fazem parte da lista do Sistema Único de Saúde (SUS) respondem por 40% dessa demanda. “A partir da redemocratização e do reconhecimento da saúde como o direito humano fundamental pela Constituição de 1988, o Judiciário passou a ser visto como uma ferramenta de efetivação desse direito, e é acionado sempre que há uma omissão”, analisa a autora.

O defensor público federal José Henrique Fonseca tem sentido o movimento aumentar na Defensoria Pública da União (DPU) em Pernambuco. Para ele, a judicialização tem correspondido a uma nova forma de aquisição de medicamentos e insumos. Tanto que, de acordo com o profissional, os próprios órgãos da rede, como a Farmácia Popular e a Secretaria de Saúde, orientam os pacientes a procurar o Judiciário. “Os servidores sabem que só assim é possível conseguir tratamento”, reforça.

Fonseca relata que, pela demanda, é possível identificar os principais pontos de dificuldade. Desde o final de 2016, por exemplo, os defensores têm observado um aumento da procura por leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs). No passado, um acordo evitou o ajuizamento de várias ações pelo Rituximabe, remédio usado no tratamento do câncer que deixou de ser disponibilizado pelo Governo Estadual por problemas

no processo licitatório. “Mas nem sempre é possível resolver a questão na esfera administrativa. Muitas vezes, reconhecido o direito do paciente pelo juiz, só o bloqueio de bens do Estado garante o cumprimento da obrigação”, ressalva.

De acordo com o secretário estadual de Saúde, Iran Costa, o custo médio anual com o cumprimento de decisões judiciais chega a R\$ 130 milhões, quase o orçamento disponível para os tratamentos de câncer em 2016, que foi de R\$ 140 milhões. Para o gestor, há uma defasagem histórica de investimento na área, mas a falta de atualização da legislação sobre licitações e contratos com a Administração Pública (Lei Federal nº 8.666/1993) contribui ainda mais para as falhas de fornecimento. “Essa norma prejudica de modo decisivo: faz com que a Secretaria compre da pior forma e favorece disputas de mercado. Aquele que perde a licitação recorre ao Judiciário, e a aquisição fica emperrada por anos”, observa.

Apesar de admitir falhas no fornecimento, o secretário entende que o excesso de ações prejudica a universalização do SUS por permitir que quem tenha acesso ao Judiciário “fure a fila”. Médico por formação, Costa também é contra o fornecimento pelo Estado de remédios sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “O Brasil é o único país que libera um medicamento sem que o órgão regulador tenha aprovado”, critica.

A pesquisadora Lívia Barros vê com cautela o dado de que 90% das decisões judiciais analisadas obrigaram o Estado a financiar tratamentos nos exatos moldes requeridos pelo paciente. Entre os riscos apontados em seu estudo, estão os perigos das drogas experimentais e o lobby da indústria farmacêutica, que vê no Judiciário um atalho para burlar a burocracia do registro da Anvisa.

Para melhorar as decisões judiciais, uma das soluções propostas é o fortalecimento dos Núcleos de Apoio Técnico em Saúde. Criados a partir de uma recomendação do



JOÃO BITA

Elaine Santos recorreu à Justiça para garantir remédios dos filhos Luan de Lucca (foto) e Juan Pablo

Conselho Nacional de Justiça, os grupos contam com equipes multidisciplinares para auxiliar os juízes. Pernambuco tem um núcleo desde 2012, mas, na avaliação de Lívia, a adesão ao serviço ainda é pequena se comparada a Estados como Rio de Janeiro, Piauí e Maranhão.

Com um orçamento em saúde que não acompanha o crescimento dos recursos da medicina disponibilizados à população, a corrida ao Judiciário parece ser um fenômeno irreversível, e isso não é exclusivo do Brasil. Porém, para o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caop) da Saúde do Ministério Público de Pernambuco, Édipo Soares, o planejamento dos gastos poderia diminuir a quantidade de ações. “Quem precisa quer ter acesso ao que há de melhor e de forma rápida, mas uma otimização do recurso e um bom estudo epidemiológico poderiam ampliar os tratamentos disponíveis”, opina.

ÚNICO CAMINHO

O direito à saúde é integral e inclui tudo o que for necessário à prevenção e ao bem-estar. A dona de

casa Elaine Santos costuma conseguir os medicamentos para os filhos, Juan Pablo, 7 anos, e Luan de Lucca, 3, na Farmácia do Estado, “embora de vez em quando faltem”. O problema são os suplementos e equipamentos necessários à alimentação das crianças. O mais velho é portador de fibrose cística. O menor, de paralisia cerebral, encefalopatia crônica, epilepsia de difícil controle e disfagia grave, e se alimenta exclusivamente por sonda.

O material para a sonda tem um custo médio mensal de R\$ 400. Cada uma das 30 latas de suplemento que os dois irmãos consomem por mês é comprada por R\$ 38. Anualmente, é preciso trocar a sonda de Luan de Lucca. Os gastos incluem, ainda, a aquisição de fraldas descartáveis, que a família diz nunca ter recebido. Quando o orçamento não comportou tantas despesas, a única alternativa foi entrar na Justiça. “Em dezembro, o juiz deu uma decisão mandando fornecer todo o material, incluindo a sonda, que venceu em janeiro. O Estado não cumpriu e agora estamos tentando fazer com que pague em dinheiro”, relata Elaine.

Ela contou com o suporte jurídico da Aliança das Mães e Famílias Raras (Amar), organização que reúne parentes de crianças e de adolescentes com doenças que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos e, por isso, são classificadas como “raras” pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A presidente da entidade, Pollyana Dias, afirma que o caminho da judicialização tem sido frequentemente utilizado para garantir tratamento. “Em apenas um ano, cerca de 30% das 400 mães da Amar já foram assistidas por nossos advogados voluntários”, contabiliza.

LEGISLATIVO

Falhas no atendimento também levaram muitos pacientes a procurar o apoio da Alepe. De acordo com o relatório de atividades da Comissão de Cidadania, das 12 audiências públicas realizadas pelo colegiado em 2016, metade foi para tratar de questões relacionadas ao tema. Entre os assuntos, a falta de medicamentos na Farmácia do Estado, a atenção aos diabéticos, a Rede de Atendimento Psicossocial e a situação dos hospitais públicos.

● HISTÓRIA

Um feito bicentenário

Primeira experiência republicana no Brasil, a Revolução Pernambucana de 1817 segue viva no imaginário local com lições de liberdade e de igualdade de direitos

Gabriela Bezerra
Haymone Neto

Data Magna do Estado, o dia 6 de março marca o estopim da Revolução Pernambucana de 1817, que deu início a um período republicano vivido no Brasil antes mesmo da destituição do imperador Dom Pedro II. Com o envolvimento direto de 50 padres e cinco frades, o movimento originou-se no Seminário de Olinda, ficando popularizado como “Revolução dos Padres”.

A seu favor, o levante contava com o histórico de luta nativista em Pernambuco, que já havia contribuído para a expulsão dos holandeses (1654), deflagrado a Guerra dos Mascates (1710) e conspirado contra a metrópole com os Irmãos Suassuna (1801). A trajetória alimentava o imaginário dos revoltosos, a ponto de Cipriano Barata, um dos envolvidos na Revolução de 1817, defender que “é certamente Pernambuco a província (...) mais ciosa da sua liberdade e por isso a mais abundante de sucessos políticos e a mais capaz de servir de farol ao espírito público do Brasil inteiro”.

Em 1808, a chegada da Família Real ao Brasil contribuiu para o sentimento de revolta, ao expor as

contradições entre a ostentação da Corte Portuguesa e a realidade dos que viviam na então colônia. O impulso libertário chegava da Europa por meio de reuniões em lojas maçônicas, como o Areópago de Itambé, a primeira do Brasil, fundada em 1796 nessa cidade da Mata Norte. No ano anterior à revolução, Pernambuco já contava com cinco dessas assembleias.

Se as ideias liberais criaram raízes, o almejado apoio internacional à rebelião não passou de esperança. A expectativa de reconhecimento pelos Estados Unidos se frustrou e a ambição de libertar Napoleão Bonaparte da Ilha de Santa Helena, na costa da África, para liderar a Revolução de 1817 jamais foi concretizada.

Apesar da curta duração (menos de três meses) e do caráter regional – abarcando, ainda, as províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte –; o movimento contribuiu para o processo de independência nacional, concluído cerca de cinco anos depois. Como punição pela revolta, Pernambuco perdeu territórios que atualmente compõem os Estados de Alagoas e do Rio Grande do Norte.

FOTO: ANTÔNIO MELCOP/PREF. DE OLINDA



Seminário de Olinda

Estabelecido pelo bispo Azeredo Coutinho, em 1800, no local que abrigava o Real Colégio de Olinda desde o século 16, foi considerado uma das melhores escolas do Brasil. O historiador Capistrano de Abreu chegou a dizer que, sem a iniciativa de Coutinho, não teria surgido a geração idealista de 1817. Ajudou a formar intelectuais e revolucionários, os quais, sob influência do Catolicismo, escreviam nos muros frases como “Viva a Pátria e viva a religião católica! Viva Nossa Senhora e morram os aristocratas”.

Padre João Ribeiro

Professor de Desenho do Seminário e um dos principais líderes de 1817. Nascido em Tracunhaém (Mata Norte), o religioso estudou na Europa, na época da Revolução Francesa. Ao voltar para o Brasil, tornou-se um dos ideólogos da “Revolução dos Padres”. Com a derrota do movimento, tirou a própria vida. Para intimidar novos levantes, teve o crânio exposto em praça pública.

Areópago de Itambé

Sociedade secreta que se reúne em espaços chamados de lojas, a Maçonaria foi um dos canais por onde as ideias republicanas entraram no Brasil. Fundada pelo padre carmelita Manuel Arruda da Câmara no fim do século 18, a primeira loja maçônica do Brasil foi o Areópago de Itambé, localizado no município de mesmo nome, na Mata Norte do Estado. A palavra arcópago significa tribunal ou assembleia. E era assim que ele funcionava: como um espaço para a discussão dos princípios de liberdade que começavam a circular no mundo.



FOTO: HENRIQUE GENECY

2



Cicero Dias



Contexto

Com cerca de 450 mil habitantes, Pernambuco possuía a terceira maior população do País na época, superado apenas por Minas Gerais e Bahia. Na esfera econômica, os 350 engenhos de cana-de-açúcar perdiam protagonismo para mais de 500 fazendas produtoras de gado e, principalmente, de algodão, cultura bem adaptada à Mata Norte e valorizada a partir da Revolução Industrial. Consequência da presença da Família Real no Brasil, a abertura dos portos trouxe nova dinâmica ao comércio de matéria-prima para o setor têxtil, que passou a ser realizado sem intermediação da Metrópole. O cenário impactou na política, historicamente controlada pela elite açucareira da Mata Sul. Como reflexo das disputas do período, cana e algodão estão representados no brasão do Estado.

6 de março

Com a tomada do poder pelos revolucionários em 6 de março de 1817, o governador da Província de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, refugiou-se no Forte do Brum e, em seguida, foi deportado para o Rio de Janeiro. Entre os integrantes do movimento revolucionário, formou-se um governo provisório composto por Padre João Ribeiro, representando o clero; capitão Domingos Theotônio, os militares; advogado José Luiz de Mendonça, os profissionais liberais; coronel Manuel Corrêa de Araújo, a agricultura; e Domingos José Martins, os comerciantes.

FOTO: HENRIQUE GENECY



Domingos José Martins

Apesar de ter nascido no Espírito Santo, atuou no movimento de 1817. Comerciante, fez negócios na Bahia, em Lisboa e em Londres, onde conheceu as ideias iluministas. Considerado um dos líderes da revolução, foi preso e fuzilado na Bahia. Uma rua no Bairro do Recife, próxima à Praça do Arsenal, homenageia Domingos.



Consequências

A pedido de Dom João VI, o Conde dos Arcos comandou as tropas portuguesas na repressão ao movimento de 1817. Pernambuco foi cercado por terra e mar. E, mesmo dentro da província, havia resistência aos revolucionários, notadamente do setor canavieiro da Mata Sul. Presos políticos foram levados ao Forte das Cinco Pontas e a outros Estados. Muitos foram enforcados e baleados com arcabuzes (arma de fogo mais primitiva, utilizada na época), outros tiraram a própria vida. A capitania perdeu parte do território, mas os ideais da revolução permaneceram vivos, voltando a eclodir em 1824, na Confederação do Equador.

Data Magna

Desde 2007, a Revolução Pernambucana é reconhecida como Data Magna do Estado, estabelecida por meio da Lei nº 13.386/2007, de iniciativa da deputada Terezinha Nunes (PSDB).

FOTO: CEPE/DIVULGAÇÃO



Apoios Internacionais

Cruz Cabugá

Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, era um comerciante. A ele coube a tarefa de buscar suporte internacional à Revolução de 1817. Viajou aos Estados Unidos para conseguir reconhecimento, armas e apoio dos franceses emigrados para a América do Norte após a derrota de Napoleão. Porém, o plano fracassou, e Cabugá não voltou a viver no Brasil. Hoje, a avenida que leva seu nome, no Centro do Recife, abriga um monumento em honra das revoluções pernambucanas.

A Revolução Francesa de 1789 e a Independência dos Estados Unidos em 1776 foram as principais inspirações dos rebeldes pernambucanos. Por esse motivo, eles buscaram ajuda dessas nações para a causa. Os Estados Unidos já tinham, desde 1815, um consulado em Pernambuco, o primeiro do Brasil. Em 1817, o cônsul americano Joseph Ray apoiou a causa da revolução, abrigou insurgentes em sua residência e deu suporte à viagem do embaixador Cruz Cabugá à América do Norte.

IMAGENS:

- 1 - Vista aérea do Seminário de Olinda (2009)
- 2 e 3 - Painel "Revolução Pernambucana" (Cícero Dias, 1881)
- 4 - Painel em azulejo sobre as revoluções pernambucanas de 1817 e 1848 (Corbiniano Lins, 1967)
- 5 - Tela "Líderes da Revolução são enforcados em praça pública" (Rinaldo Silva/Calendário Cepe, 2017)

FOTO: HENRIQUE GENECY



HISTÓRIA

“As bandeiras de 1817 permanecem atuais”

Para o historiador Marcus Carvalho, professor da Universidade Federal de Pernambuco, a igualdade perante a lei defendida pela “Revolução dos Padres” segue na pauta política do Brasil

Gabriela Bezerra
Haymone Neto

Tribuna Parlamentar - Que fatores em Pernambuco favoreceram a eclosão do movimento?

Marcus Carvalho - Há muitas questões envolvidas. Os historiadores destacam a econômica: a decadência do algodão, depois que terminou a guerra entre a Inglaterra e os Estados Unidos. A concorrência americana suplantou nossa produção e houve queda nas exportações; foi um momento de crise econômica. Também o aumento de impostos e a decadência política do Nordeste em relação ao Sul e ao Sudeste, já que a Corte [Portuguesa, em 1808] se estabeleceu no Rio de Janeiro. Além de dívidas que existiam, havia décadas, com a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. E, ainda, as questões intelectuais: aqui, por conta do Seminário de Olinda, era um verdadeiro viveiro de ideias da Ilustração. Havia outras insatisfações: nas casernas, com comandantes e oficiais muito rigorosos, e, para o homem pobre e livre brasileiro, pela falta de perspectiva de ascender socialmente. Em 1817, havia insatisfações no Brasil inteiro, mas a revolução ocorre aqui porque Pernambuco estava menos policiado. No entanto, 1817 não é bem um movimento pernambucano: emissários foram presos tentando rebelar a Bahia. A ideia era rebelar todo o Brasil. Eu acho que a Revolução de 1817 é mais um movimento de história da América Latina. Ela parece muito com a independência da Venezuela, da Colômbia, de vários países da América do Sul. Começa com movimentos de gente do baixo oficialato e de pessoas que não são da nobreza - advogados, intelectuais.

TP - Que república os revolucionários queriam instalar em Pernambuco?

MC - É importante chamar o movimento de “revolução”. Primeiro porque os participantes chamavam assim.

A historiografia posterior começou a tratar como “insurreição”, o que é muito curioso, porque o movimento constitucionalista militar de São Paulo é chamado de Revolução Constitucionalista, e o golpe de Estado que Getúlio Vargas deu, de Revolução de 30. No entanto, um movimento que pretendia derrubar a Monarquia e instituir um Brasil independente sob uma república na qual os cidadãos teriam deveres e obrigações, chamam de “insurreição”. Foi derrotada, mas era uma revolução republicana, com ideais pautados pela Revolução Americana e pela Revolução Francesa. O principal deles é a igualdade perante a lei.

TP - A Revolução de 1817 previa uma abolição da escravidão “lenta, regular e legal”. Esse projeto era viável?

MC - Nessa época, podia-se falar de abolicionismo e emancipacionismo. A emancipação, onde houve, era lenta e gradual - foi assim na América Hispânica e nas colônias inglesas. Fora isso, as duas únicas abolições repentinas geraram guerras civis, no Haiti e nos Estados Unidos. A abolição gradual era viável, sim, mas antecipava o fato em 50 anos. O que só começa em 1850, com o fim do tráfico de escravos, os revolucionários queriam iniciar antes. Tanto que a Confederação do Equador, em 1824, que reunia jovens de 1817, teve como uma das primeiras medidas abolir o tráfico negreiro. Isso mostra a sinceridade dessas pessoas que, sete anos antes, anunciavam que a escravidão era imoral e deveria acabar. É a primeira vez que um governo instituído fala isso. Às vezes, a gente critica 1817 porque não era abolicionista. Mas quem era abolicionista nessa época? Havia escravidão em toda a América, menos no Haiti, onde havia servidão. Na Europa inteira havia servidão, inclusive no interior da França. Na Inglaterra não tinha, mas quais eram as condições de trabalho de um irlandês em 1817? O Oriente era escravagista, a Europa Oriental tinha

formas de servidão muito próximas da escravidão, e, na África, havia sociedades escravistas. Pensar que 1817 só funcionaria se fosse abolicionista é anacrônico. No contexto mental da época, ser emancipacionista era avançadíssimo.

TP - Como as camadas populares participaram da Revolução de 1817?

MC - Todo movimento político tem diferentes motivações. O que as pessoas querem? Nós não temos fontes coevas do que os negros ou os libertos pensavam, então é muito difícil afirmar qual era o querer deles em 1817. Mas devia haver alguma coisa, porque, à medida que o movimento avança, uma imensa quantidade de negros e pardos participa, e a defesa final da Capital tem um comandante do batalhão dos Henriques [regimento formado por negros e mestiços] defendendo o Forte das Cinco Pontas e outro oficial desse batalhão defendendo a Fortaleza do Brum. Eles estavam arriscando a vida, lutando

“Os revolucionários anunciavam que a escravidão era imoral e deveria acabar. É a primeira vez que um governo instituído fala isso.”

por aquele movimento. Portanto, deveriam acreditar que, em longo prazo, aquilo ia trazer algum benefício popular, ou não pegariam em armas. Também é interessante analisar o combate historiográfico: quando vem a Independência do Brasil, a Corte está no Rio de Janeiro. É óbvio que Dom Pedro I não poderia ter colocado 1817 como grande movimento nacional. Ele teve que escolher como símbolo da nacionalidade um cara que



Papel do movimento pernambucano foi subdimensionado na história, acredita Carvalho

morreu numa incondência - ou seja, apenas uma conspiração, no terreno das ideias -, em Minas Gerais, que tinha uma ligação muito forte com o Rio de Janeiro. Então ele escolheu Tiradentes. Na República Velha, há um grande predomínio da “política do café-com-leite” [nome que se dá ao acordo firmado entre oligarquias estaduais e Governo Federal para que os presidentes da República fossem escolhidos entre políticos de São Paulo e Minas Gerais], assim não se podia escolher um movimento numa província pobre. Mas, se fôssemos ser mais corretos, o grande símbolo da nacionalidade é ou a Revolta dos Alfaiates, da Bahia (1796), ou a Revolução Pernambucana de 1817. Ou as duas. Mas isso foi tirado do Nordeste.

TP - Por que a Revolução de 1817 foi derrotada?

MC - A derrota de 1817 é da classe proprietária. Os grandes senhores de engenho e proprietários de escravos se sentiram ameaçados, começaram a retirar o apoio. Tem uma frase muito famosa do padre Muniz Tavares: “Em 1817, os pernambucanos aprenderam a traição”. Não a traição à Coroa, mas a traição entre um e outro, um denunciando o outro. A historiografia mais antiga quer enaltecer os senhores de engenho que fizeram rebeliões.

Na realidade, esse grupo se divide, porque a Revolução toma um ar mais radical. Tenho até dúvidas se, em 1817, esses senhores realmente queriam uma república.

TP - O que nós trazemos de 1817 para a atualidade?

MC - Uma das coisas mais bonitas da Revolução de 1817 é um documento instituindo o tratamento por “vós” no lugar de “vossa mercê”. O “vossa mercê”, nessa época, passa uma ideia não só de respeito, mas de deferência. Significa que ele manda em mim, que eu sei que ele manda em mim, que ele sabe que ele manda em mim. O “vós” é respeitoso. É como o “senhor” hoje em dia. E até o modo como a nova lei foi divulgada é muito interessante: em forma de “bando”, um documento para ser lido ao som de taróis [instrumentos de percussão em forma de caixa]. Não havia rádio nem televisão. Eles saem à rua, param em cada esquina e leem o documento público que diz: acabou esse negócio de “vossa mercê”, todo mundo é “vós”. É o começo da igualdade perante a lei. E isso é muito atual, porque a gente ainda está lutando por isso: cidadania, direitos iguais. São as mesmas lutas. O Brasil ainda não chegou à Revolução de 1817. As mesmas bandeiras ainda estão na pauta.

Lazer para todos

Lei determina que estádios, ginásios esportivos e clubes pernambucanos reservem percentual mínimo de assentos para pessoas com deficiência

Malu Coutinho

Fique Sabendo

A Lei Estadual nº 15.926/2016 considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. A norma, que ainda aguarda regulamentação do Executivo, também estabelece punições como advertência e pagamento de multas que podem chegar a R\$ 50 mil, a depender do porte do estabelecimento e da reincidência na infração.

Aos 17 anos, o estudante de Economia Romero Alves sofreu um acidente que mudou sua vida: o veículo em que estava se chocou contra um poste, provocando fraturas que o tornaram usuário de cadeira de rodas, em 2010. O torcedor do Clube Náutico Capibaribe – que não perdia um jogo do time – ficou sem vontade de sair de casa por um tempo. “Tinha medo de ir a grandes eventos por conta da minha condição”, lembra.

Pensando em pessoas como Romero, o deputado Clodoaldo Magalhães (PSB) propôs a criação da Lei Estadual nº 15.926/2016, que torna obrigatória a reserva de percentuais mínimos de espaços e de assentos para pessoas com deficiência em estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais de Pernambuco. A proposição vem

complementar o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015), que já previa a destinação dos lugares sem, no entanto, definir os percentuais a serem cumpridos.

Magalhães explica a motivação da proposta: “A norma veio para atender à demanda daquelas pessoas que enfrentam dificuldades diárias para frequentar espaços de lazer do nosso Estado”. Romero aprovou a iniciativa, ressaltando que “ir a jogos é um momento de felicidade, quando podemos es-

quecer por alguns instantes as dificuldades do dia a dia”. Para ele, “o Brasil ainda precisa evoluir significativamente para prover meios de acessos a pessoas com deficiências; por isso, qualquer ajuda em prol dessa causa é válida”.

Segundo a matéria, os percentuais de reserva variam de acordo com a capacidade de lotação do estádio, ginásio ou clube: 4% para espaços com mil lugares; 3% para aqueles que comportem entre mil e cinco mil pessoas; 2,5% para ambientes com capacidade de



Arena PE já garante 2% dos lugares para pessoas com necessidades especiais

receber entre cinco mil e dez mil visitantes; e 2% para os que possuam entre dez mil e 20 mil assentos. Arenas com capacidade superior a 25 mil lugares devem destinar 1,25% do seu ambiente.

O dispositivo estipula, ainda, que espaços livres e assentos sejam distribuídos em locais variados do recinto, com boa visibilidade, próximos aos corredores e devidamente sinalizados. Deve-se evitar a criação de áreas segregadas de público e a obstrução das saídas, e o local precisa estar em conformidade com as normas de acessibilidade. A lei estabelece, por fim, a reserva de uma vaga para acompanhante que auxilie a pessoa com deficiência, caso haja necessidade.

Construída para receber os jogos da Copa do Mundo de 2016,

a Arena de Pernambuco, em São Lourenço da Mata (Região Metropolitana do Recife) já cumpre os requisitos da Lei 15.926. Segundo a assessoria do espaço, dos 45.055 assentos disponíveis, aproximadamente 2% são reservados para pessoas com necessidades especiais. “Além disso, o local conta com catracas exclusivas, piso tátil, corrimão nas rampas, escadas e banheiros adaptados”, descreve, em nota.

Para a psicóloga Eneida Nunes, iniciativas que garantam o convívio social das pessoas com deficiência são fundamentais. “Essa lei é uma ferramenta de inclusão que proporcionará, sem dúvidas, mais momentos de lazer e, consequentemente, mais qualidade de vida a essas pessoas”, conclui.

Documento Histórico

Revolucionário em 1817, deputado Muniz Tavares registrou história do movimento

No ano de 1840, foram publicadas as primeiras cópias tipografadas da obra *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, escrita pelo padre e ex-deputado da Assembleia Legislativa Provincial Francisco Muniz Tavares, que integrou o movimento. Em 1917, o livro ganhou uma edição comemorativa para marcar o centenário da insurreição, com prefácio do historiador, jornalista e diplomata pernambucano Oliveira Lima.

Nascido em 16 de fevereiro de 1793, na então Freguesia de Santo Antônio do Recife, Muniz Tavares tornou-se sacerdote em 1816. No ano seguinte, destacou-se como um dos mentores da chamada “Revolução dos Padres”. Foi preso e deportado para a Bahia, ali permanecendo até 1821, quando foi anistiado. Retornou ao Recife, onde passou a exercer o cargo de professor régio da cadeira de Latim da Vila do Cabo.

Para continuar atuando em defesa das liberdades e direitos individuais, elegeu-se deputado provincial na Legislatura de 1845-1847. Foi cofundador e primeiro presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em 1862. Faleceu em 23 de outubro de 1876, deixando como legado o testemunho da primeira experiência republicana no País.

Também no ano de 1917, além da edição comemorativa do livro escrito por Muniz Tavares, foi instituída, por meio do Decreto nº 459, a adoção da Bandeira dos Revolucionários de 1817 – com o arco-íris, a cruz e o sol brasileiro – pelo Estado de Pernambuco. Em março deste ano, a obra com comentários de Oliveira Lima será reeditada pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepe).



FOTO: JOÃO BITA

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Livro *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Cores contra a violência

Grafite estampa muro na comunidade do Totó. Colorido contrasta com a austeridade da penitenciária encravada na localidade



No entorno do Complexo Prisional do Curado, grafiteiros reverberam nos muros anseios de paz



Rinaldo Marques (fotos)
Luciano Galvão Filho (texto)

Espremido entre opiniões que ora o elevam à condição de arte, ora o imputam à pecha de vandalismo, o grafite é elemento inelutável nos grandes centros urbanos. No bairro do Sancho, Zona Oeste do Recife, os desenhos coloridos e as linhas exageradas impressas nas paredes da comunidade parecem não se importar com essa divisão. Antes, vociferam contra a violência que, no lugar, é literalmente parte da paisagem.

É ali onde fica o Complexo Prisional do Curado, o maior de Pernambuco, que abriga sete mil homens distribuídos em três presídios. A edificação se ergue no meio das casas, algumas delas situadas a poucos metros das muralhas caídas – cujos únicos ornamentos são guaritas, cercas e arames farpados. No en-

torno, patrulhas a cavalo e carros da polícia dividem espaço com moradores, comerciantes e quem mais estiver de passagem.

Os muros do bairro servem de suporte para a voz de quem dorme e amanhece sob a sombra da penitenciária. Estampam as paredes gritos pelo direito à moradia, pela paz, pelo fim da violência contra a mulher – ou, simplesmente, por mais cores num horizonte cortado pelo medo.

As pinturas são assinadas por artistas parceiros e membros do Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã, organização não governamental que atua com crianças e jovens na comunidade do Totó, utilizando a arte de rua como ferramenta de inclusão social. “É na periferia onde nasce a cultura da cidade, e o grafite é uma forma de trazer cidadania para as pessoas daqui”, aponta Jouse Barata, grafiteira e uma das líderes da entidade.



Você pode contribuir com o conteúdo do Tribuna Parlamentar enviando sugestões, elogios e críticas para o e-mail tribunaparlamentar.alepe@gmail.com. Participe!